

**VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO. O  
TRABALHO NO SÉCULO XXI. MUDANÇAS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS.**

**GT 02** - Transformações nos mercados de trabalho da população rural: desagrarização e pluriatividade

**PLURIATIVIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADO DE  
TRABALHO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TENDÊNCIAS E  
DESAFIOS NO PERÍODO 2002-2009.**

Jucyene das Graças Cardoso<sup>\*</sup>  
Carlos Alves do Nascimento<sup>♦</sup>  
Darcilene Claudio Gomes<sup>\*</sup>

---

<sup>\*</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia-Brasil.

<sup>♦</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia-Brasil.

<sup>\*</sup> Doutora em Economia pela Universidade de Campinas/UNICAMP.

## **PLURIATIVIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO PERÍODO 2002-2009.**

### **Resumo**

Este artigo objetiva contribuir com o debate acerca do papel da pluriatividade apontada pelos estudiosos do tema como estratégia importante de reprodução da agricultura familiar. A pluriatividade é aqui entendida como a realidade de famílias que combinam em seu interior ocupações agrícola e não agrícola. Para tanto, buscou-se investigar o comportamento da pluriatividade na Região Nordeste do Brasil, no período de 2002 a 2009, utilizando-se dados da PNAD/IBGE. Na investigação os dados revelaram queda da pluriatividade e crescimento das famílias não agrícolas, resultado, segundo nossa hipótese de trabalho, de um lado, da baixa cobertura das políticas públicas direcionadas ao braço agrícola da pluriatividade e, de outro lado, das políticas macroeconômicas que dinamizaram o lado não agrícola da pluriatividade favorecendo a ampliação das ocupações no mercado de trabalho urbano.

## **PLURIATIVIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO PERÍODO 2002-2009.**

Na esteira do reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais, em 2006 foi sancionada a Lei da Agricultura Familiar, Lei 11.326/2006 que reconhece legalmente esse grupo expressivo da agricultura nacional, e no interior do debate acerca das possibilidades de fortalecimento da mesma, ganha destaque a questão do papel da pluriatividade, termo esse designado para expressar a realidade de uma família em que seus membros desenvolvem atividades agrícolas e atividades não agrícolas, seja dentro ou fora do estabelecimento agropecuário.

Neste sentido, o estudo aqui proposto assume relevância na medida em que o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da pluriatividade, pode representar a permanência de um conjunto expressivo de famílias no campo e a consolidação de um modelo de desenvolvimento com maior inclusão social. Assim sendo, o presente trabalho objetiva contribuir com os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil e embora o centro da atenção recaia sobre as famílias pluriativas no interior da agricultura familiar, entendemos ser imprescindível empreender, para a análise da evolução desse tipo familiar, uma análise conjunta e, portanto, comparada de todo o universo de tipos familiares que compõem a estrutura de famílias do meio rural da região analisada, região Nordeste do Brasil.

Assim sendo, o trabalho objetiva investigar o comportamento da pluriatividade na Região Nordeste que, conforme o Censo Agropecuário 2006, representa a maior região no total dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros, com 50% do total<sup>1</sup>. Procura-se analisar a evolução da pluriatividade entre as famílias rurais nordestinas no período de 2002 a 2009 utilizando-se de dados da PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – e da metodologia e tipologia de famílias definidas pelo Projeto Rurbano (IE/Unicamp). O conceito de família, unidade de análise da pluriatividade, adotado pelo Projeto Rurbano é o de família extensa que entende a família como um grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que convivem em um domicílio<sup>2</sup>. Assim sendo, as famílias rurais foram assim classificadas: i) famílias segundo a posição na ocupação: empregadores com mais de dois empregados, empregadores com

---

<sup>1</sup> A propósito, ver França & Del Grossi & Marques (2009).

<sup>2</sup> São excluídos os virtuais pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

até dois empregados, conta-próprias e empregados; e ii) famílias segundo o ramo de atividade: agrícolas, pluriativas e não agrícolas.

A pluriatividade é um tema que surge no contexto da realidade européia, cuja origem está associada aos estudos dos *part-time farmers*, no interior da modernização da agricultura e da especialização produtiva do trabalho. Ganha importância, especialmente a partir dos anos 70, tanto no meio acadêmico quanto pelas autoridades políticas e econômicas.

No Brasil, os estudos acadêmicos são relativamente recentes, e o tema da pluriatividade ganha espaço na agenda de pesquisa de alguns pesquisadores, especialmente nos anos noventa. Entre eles destacam-se, Kageyama, 1998; Graziano da Silva, 1999; Souza, 2000; Schneider, 2003; Sacco dos Anjos, 2003 e Nascimento, 2008.

Apesar das divergências, os estudos desses pesquisadores são convergentes em apontar para uma nova “ruralidade” em função das mudanças significativas no interior do cenário chamado de rural. As atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento agropecuário, bem como as ocupações das pessoas constitutivas das famílias rurais apresentavam uma diversidade<sup>3</sup> antes não existente na realidade rural. Outra novidade da realidade que tradicionalmente é chamada de rural é o crescimento da participação das rendas advindas de atividades não agrícolas no total da renda das famílias rurais.

Para Schneider (2003) a pluriatividade é entendida como uma característica da agricultura familiar contemporânea e uma forma de afirmação desses atores sociais no ordenamento agrário do capitalismo atual e não representa uma realidade marginal e transitória para as famílias dos agricultores familiares. Na mesma direção desse autor, para Sacco dos Anjos (2003) a pluriatividade é vista como um elemento positivo para a “sustentabilidade dos espaços rurais”.

Para alguns estudiosos a existência da pluriatividade estaria relacionada com os processos de modernização da agricultura, portanto, a modernização da agricultura seria condição necessária para sua existência, como no caso da Região Sul do Brasil. Todavia essa não parece ser uma questão consensual, pois Nascimento (2008) evidencia em suas pesquisas que a pluriatividade no Nordeste, uma região em que a modernização da agricultura não assumiu a abrangência entre os agricultores, existe e apresenta-se como

---

<sup>3</sup> Atividades como restaurantes, pousadas, pesque-pague vão se tornando comum na realidade do chamado rural. Alguns membros das famílias passam a desenvolver atividades fora do estabelecimento agropecuário e o rural para eles transforma-se apenas em lugar de moradia.

estratégia de enfrentamento da pobreza. Nessa região, ao longo dos anos 90, a pluriatividade apresentou tendência de crescimento entre as famílias rurais ao contrário do que ocorreu no Sul em que o que se percebeu foi o comportamento de redução das famílias pluriativas (NASCIMENTO, 2008).

Estudos apontam para o fato de que existiriam elementos explicativos que seriam intrínsecos e extrínsecos àquelas famílias. Os determinantes intrínsecos, como apontados por Schneider (2003), apoiado na concepção teórica chayanoviana, estariam relacionados com características internas das famílias, tais como: tamanho da família, idade, escolaridade dentre outros. O autor reconhece a importância do mercado de trabalho, mas centra os elementos determinantes da pluriatividade nas dinâmicas internas às famílias.

Já outros autores, a partir de conclusões de estudos de caso de municípios na Região Sul, como Mattei (1999) e Souza (2000), consideram como centrais os determinantes extrínsecos da pluriatividade. Tais determinantes poderiam ser destacados como aqueles relacionados ao ambiente econômico, às condições do mercado de trabalho em que as famílias estão inseridas.

Os dados analisados no presente trabalho revelaram que na medida em que se constata a queda do conjunto das famílias da agricultura familiar nordestina<sup>4</sup>, contida fundamentalmente entre as famílias de contas-próprias, a redução das famílias agrícolas não implicou em uma conversão dessas famílias em famílias pluriativas, o que evidencia os limites da pluriatividade – ainda nos anos 2000, período mais favorável para a agricultura familiar, comparativamente aos críticos anos 1990 – em colaborar com o fortalecimento do conjunto de famílias da agricultura familiar na Região Nordeste. Essa realidade corrobora na direção de confirmação da hipótese deste trabalho que aponta para o fato de que um avanço no crescimento da pluriatividade no Brasil só será viabilizado por meio da ampliação das políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade que garantam condições para que as famílias de agricultores, especialmente aquelas menos capitalizadas e não integradas aos mercados, permaneçam na atividade agrícola. Dessa forma, ao nosso juízo, a principal determinação para o crescimento da pluriatividade estaria relacionada ao elemento extrínseco por nós considerado fundamental às famílias rurais: as políticas públicas.

---

<sup>4</sup> A agricultura familiar é composta pelo conjunto das famílias de contas-próprias e de empregadores com até 02 empregados, agrícolas e pluriativos.

No caso do Nordeste o crescimento significativo das famílias rurais não agrícolas nos anos 2000, seja entre as famílias de contas-próprias seja entre as famílias de empregados<sup>5</sup>, também deve ser compreendido pela análise das condições de produzir em que se encontrava a maioria das famílias de agricultores familiares. Conforme evidenciado por Aquino *et. al.* (2012), por meio das informações primárias do Censo Agropecuário 2006 e de tabulações especiais do IBGE, a região Nordeste tem como base de sua agricultura familiar estabelecimentos agropecuário que recebem renda familiar anual de no máximo até R\$3.000,00<sup>6</sup>.

Esses estabelecimentos apresentam ainda, apesar dos avanços após 10 anos<sup>7</sup> de atuação do PRONAF - uma das políticas públicas mais importantes para a agricultura familiar - um quadro de precariedade, de “carências múltiplas” quanto às condições de produzir do grupo mais empobrecido da agricultura familiar nordestina – Grupo “B” do PRONAF – expresso pela reduzida disponibilidade de terras, de água, de falta de assistência técnica e tecnologia (AQUINO et al, 2012).

Essa caracterização da realidade relativa às condições de produzir nos estabelecimentos agropecuários atrelada a uma melhora nas oportunidades de ocupação nos mercados não agrícolas contribuem para compreender aquele crescimento significativo das famílias não agrícolas no interior do espaço rural da região nordestina revelado pelos dados. Fernandes & Araújo & Targino (2012) analisando o comportamento do emprego industrial, na Região Nordeste, apontam que, entre outros motivos, a adoção de uma política macroeconômica direcionada para o dinamismo da economia colaborou para uma desconcentração do emprego industrial nessa região nos anos 2000, com perda de participação das capitais em favor das áreas interioranas, e para um aumento do total de empregos formais.

Além do crescimento do emprego no setor industrial, o Nordeste também apresentou crescimento do emprego formal em outros setores da economia, de tal maneira que, segundo Monte & Silva & Gonçalves (2012), a taxa de crescimento total do emprego formal nessa região também ficou acima da média nacional. A agropecuária foi

---

<sup>5</sup> Esses dois tipos familiares representam mais da metade da população rural nordestina não metropolitana aqui analisada.

<sup>6</sup> Esses estabelecimentos representam 71,69% do total da agricultura familiar nordestina (AQUINO *et. al.*, 2012).

<sup>7</sup> Desde a criação do PRONAF até o Censo Agropecuário 2006.

um dos setores em que se observou menor expansão do emprego no período de 2002 a 2009.

Em síntese, os dados parecem evidenciar que as oportunidades de emprego não agrícola advindas da retomada de crescimento do emprego, particularmente o emprego formal, na região nordestina foram, em nosso entender, uma das responsáveis pela redução da pluriatividade nessa mesma região. As famílias rurais pluriativas estariam se convertendo, sim, em famílias de empregados, especialmente empregados não-agrícolas, mesmo em um contexto de ampliação das políticas públicas para a atividade agrícola desde a implantação do Governo Lula, reforçando a necessidade de maior cobertura e efetividade das políticas públicas direcionadas para as atividades agropecuárias, especialmente para os agricultores mais empobrecidos da agricultura familiar nordestina.

### **Referências Bibliográficas.**

- AQUINO, J.R. et al. Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região nordeste e no estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: **Anais do 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Vitória/ES, 2012.
- FERNANDES, A.F.D & ARAÚJO, S.M. & TARGINO, I. Espacialização do emprego industrial no Nordeste: 2000-2009. In: TARGINO, I. & OLIVEIRA, R.V. (orgs) **Cenários da Crise e do Trabalho no Brasil. João Pessoa**: Ed. UFPB. 2012, p. 298-319.
- FRANÇA, C.G. & DEL GROSSI, M. & MARQUES, V.P.M. O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. In: **Economia Aplicada**. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. Campinas, SP. IE/Unicamp. (tese de doutoramento), 1999.
- MONTES, P.A. & SILVA, J. A. R. & GONÇALVES, A.F. A dinâmica do emprego na região Nordeste no período 2000 a 2009. In: TARGINO, I. & OLIVEIRA, R.V. (orgs) **Cenários da Crise e do Trabalho no Brasil. João Pessoa**: Ed. UFPB. 2012, p. 321-357.
- NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: Uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- SOUZA, M. **Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná**. Campinas: Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento), 2000.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.